

O PROGRAMA PONTOS DE MEMÓRIA NO CONTEXTO SUL-RIO-GRANDENSE: ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA

MARIANA BOUJADI MARIANO DA SILVA¹; MARIA LETÍCIA MAZZUCCHI FERREIRA²

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – mariana.boujadi@gmail.com1

²Universidade Federal de Pelotas 2 – leticiamazzucchi@gmail.com2

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca realizar uma análise crítica do Programa Pontos de Memória, para compreender como estes espaços se articulam com as comunidades nas quais estão inseridos e como o discurso oficial apresenta estas articulações. Pretende-se isto através do estudo dos Pontos de Memória localizados no Rio Grande do Sul.

Implantado em 2009, segundo o site do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Programa Pontos de Memória do Ministério da Cultura e Instituto Brasileiro de Museus em parceria com Projeto de Cooperação Técnica Internacional da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, é uma política pública para a cultura que tem como objetivo apoiar e incentivar ações de reconhecimento e valorização da memória social através de uma metodologia dialógica e participativa, trabalhando a memória de forma viva de acordo com interesses do grupo comunitário.

Ao analisar o Programa Pontos de Memória observa-se a iniciativa de preservar uma memória de determinados grupos sociais considerados excluídos da representação de museus ditos tradicionais, através da implementação de espaços de memória sociomuseológicos que narrem suas histórias a partir do suporte de patrimônios locais.

Tem-se, muitas vezes, que é através do patrimônio que se produz uma identidade materializada, como um relicário da memória transformado em um relicário de uma noção de passado, onde diversos grupos se dedicam a encontrar e/ou fabricar traços, relíquias, vestígios, arquivos, de forma a permiti-los se narrar. (CANDAU, 2011, p. 158-9).

Espaços de memória, como museus, são catalizadores dessa questão, havendo a noção de preservação e consagração de memórias e identidades, tentando projetá-las como a memória de todos, mas “o patrimônio apresentado como comum a todos não é senão o patrimônio de alguns” (CANDAU, 2009, p.54) porque a ideia de uma identidade que possibilite o pertencimento de todos é, em si, questionável dadas as diferentes percepções de identidade e de patrimônio, há, então, nesses espaços, aquelas identidades que são legitimadas em detrimento de outras, deixando de representar determinados grupos de memória (RODRIGUES, SERRES, 2013, p. 46), pode-se considerar que isto ocorre, em geral, em qualquer tipo de política de memória.

O Programa Pontos de Memória, trata-se de uma política cultural de preservação da memória de grupos sociais, e, observa-se, ao discutir políticas públicas de memória e esquecimento, que “a Sociologia da memória é fundamental, pois possibilita articular as diferentes manifestações da memória e compreender as tensões entre as narrativas do passado e um sistema de inter-relações sociais” (FERREIRA, 2009, p.105). Para Le Goff “O estudo da memória social é um dos modos fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história,

relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (1984, p. 13). Pois não é unicamente o indivíduo que tem controle sobre resgate do passado, “a memória é constituída por indivíduos em interação, por grupos sociais, sendo as lembranças individuais resultado desse processo” (ARAUJO; SANTOS, 2007, p. 97). Tem-se, assim, que é “crença no compartilhamento de lembranças origina essa memória compartilhada, o que estaria na base da função política da memória ou daquilo que se denomina hoje como “políticas de memória”. (FERREIRA, 2009, p. 105)

A tentativa de, através de políticas de memória, estabelecer a memória de um grupo pode gerar discussões e disputas internas a comunidade, pois compreende-se “que é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (Pollack, 1992, p.5). Esses confrontos e estas disputas estão presentes nos Pontos de Memória.

Um exemplo destes conflitos no Programa Pontos de Memória, pode ser Observado através da dissertação de mestrado realizada por Avelar (2015) na qual a autora realizou um estudo do Ponto de Memória do Museu do Taquaril, em Minas Gerais.

Avelar salienta algumas dificuldades relacionadas à questão do “personalismo”, quando a partir da visão de um indivíduo, considera-se a memória de uma comunidade. Sobre esse aspecto, a autora avalia que esse personalismo pode ser fator positivo, quando a liderança é determinante para impulsionar o projeto; mas que por outro lado pode ser fator negativo, ao criar dependência em relação a pessoas que podem se afastar e fragilizar a iniciativa” (2015, p.106). Discorda-se, aqui, sobre o aspecto considerado positivo, por Avelar, nesse personalismo, tendo em vista a autodenominação do Ponto de Memória do Museu do Taquaril como um museu comunitário, onde necessariamente, deve haver uma participação ativa da comunidade, observando-se que não só há a dependência do espaço de memória em relação a uma pessoa, mas também há uma descaracterização do conceito de museu comunitário, tornando o espaço mais próximo a um museu dito tradicional.

O museu comunitário como comentado pela literatura especializada , a exemplo da conceituação realizada por Lersh e Ocampo de que o museu comunitário é uma ferramenta para que a comunidade construa um autoconhecimento coletivo, no qual cada pessoa que participa seleciona os temas a estudar, capacitando-se ou reunindo objetos, está alcançando seu autoconhecimento enquanto conhece sua comunidade, interpretando de forma coletiva sua realidade e sua história (2004, p.4).

Torna-se, contudo, muitas vezes, apenas um exercício acadêmico. Isso ocorre porque existe uma discrepância entre a teoria e a prática desse tipo de museu, seja no que diz respeito ao gerenciamento financeiro, seja no que diz respeito ao gerenciamento do patrimônio.

O espaço deixa de ser comunitário acontecendo o explicitado por Brulon Soares e Scheiner, quando dizem que, na maioria dos casos os museus comunitários passam por pelo menos uma das seguintes situações: a institucionalização, a compartimentação ou se autoconsomem (2009, p.3). Ao se institucionalizarem assemelham-se mais com os museus tradicionais. Isso ocorre, quando por exemplo, lideranças assumem o papel norteador da ação em nome da comunidade. A compartimentação ocorre quando há um discurso destoante da ação, na teoria o museu comunitário diz-se de uma maneira e age diferente do seu discurso. Ao se autoconsumir, o museu esgota suas propostas em votações e

assembleias e paralisam a ação, fagocitando o interesse pelo patrimônio através do projeto político.

2. METODOLOGIA

Para analisar o Programa Pontos de Memória no recorte espaço-temporal estabelecido, e alcançar os objetivos estabelecidos neste projeto, será utilizada uma metodologia interdisciplinar, contemplando estudos conceituais e bibliográficos, análise de discurso, trabalho de campo e história oral.

Num primeiro momento da pesquisa realizou-se uma observação de todas as informações disponíveis nos editais de cada uma das seleções de projetos para o Programa Pontos de Memória, bem como um levantamento de todos aqueles que se encontram no estado do Rio Grande do Sul.

A partir deste levantamento será organizada uma programação de visitas de campo, onde se pretende conhecer pessoalmente a realidade de cada Ponto de Memória bem como da comunidade, utilizando-se de entrevistas semi-estruturadas, aplicando a metodologia de história oral na elaboração e análise das entrevistas.

Para o estudo bibliográfico, haverá um amplo estudo de conceitos como: memória, identidade, patrimônio, nova museologia, museologia comunitária e sociomuseologia, comunidade, políticas culturais, políticas públicas e análise de políticas públicas.

Aliada as metodologias comentadas anteriormente, o trabalho pretende, em todos os seus momentos, pautar-se pela análise de discurso.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste momento da pesquisa, sendo o primeiro semestre de realização da pesquisa no mestrado do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural os resultados e discussão podem ocorrer apenas de forma superficial. Assim, houve um levantamento de todos os Pontos de Memória localizados no estado do Rio Grande do Sul. São eles os Trajetos da Memória em Osório; a Casa da Cultura do Litoral Boizinho da Praia em Cidreira; Ponto de Memória TV OVO em Santa Maria; O projeto Construindo Espaços Museais Populares em São Leopoldo; o Projeto Fontes de pesquisa & debates para a igualdade étnico-racial no Brasil em Porto Alegre e o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, também em Porto Alegre.

Observou-se, a partir de notícias, sites, blogs, e dos próprios editais do Programa Pontos de Memória, que alguns destes espaços possuem forte relações com Universidades Federais, Escolas Públicas, Bibliotecas e Arquivos. Pretende-se, compreender até que ponto estas relações influenciam na participação da comunidade nestes espaços bem como na apropriação, por parte dela, do patrimônio local.

4. CONCLUSÕES

Por se tratar do primeiro semestre de pesquisa, não há, ainda, resultados prontos para serem apresentados, porém, observa-se um potencial no projeto do Programa Pontos de Memória, bem como nos casos estudados e analisados anteriormente, a recorrerem nas situações expostas por Brulon e Scheiner (2009). Este potencial também permeia as questões referentes no que diz respeito as

memórias que são selecionadas para compor uma representação identitária de determinada comunidade através dos Pontos de Memória, que apesar de buscarem um distanciamento dos museus ditos tradicionais, talvez acabem por aproximarem-se demasiadamente deles .

Tem-se, então, a ideia de que há nesta política de memória um caráter de “dever de memória” (Ferreira, 2011, p. 108), apoiadas na tentativa da inclusão de grupos considerados historicamente excluídos, podendo ou não responder às reivindicações memoriais dos grupos que almeja representar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVELAR, L. F. **Museus Comunitários no Brasil: O Ponto de Memória Museu do Taquaril**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Em História, Política e Bens Culturais Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-Graduação Em História, Política e Bens Culturais Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais - CPDOC: Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.
- BRULON SOARES, B. C. ; SCHEINER, T. C. M. . A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios comuns : um ensaio sobre a casa.. In: **X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2009, João Pessoa. E-book do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. João Pessoa: Idéia, v. 10, 2009.
- CANDAU, Joël. **Antropología de la memoria**. Trad. Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.
- CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, ano 1, jan./jul. 2009.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011
- LEERSH, T. M ; OCAMPO, M. O Conceito de Museu Comunitário : História Viva ou Memória para transformar a história. In **Conferencia Nacional de la Asociación Nacional de Artes y Cultura Latinas**, Kansas, Missouri, 6-10, out. 2004.
- MOUTINHO, M. Definição evolutiva de sociomuseologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, V. 28, n 28, p. 1–6, 2007.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Trad. Monique Auguras. Ed. Dora Rocha. Estudos Históricos, Rio de Janeiro vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RODRIGUES, A. R; SERRES, J. P. Museu: memória e esquecimento do individual ao coletivo. **Mouseion**, v. 14, p. 37-48, abr. 2013.
- VARINE, Hugues de. “**O Museu Comunitário É Herético? Inquietações Amplamente Compartilhadas.**” Interactions Online. 2005. Trad. OMP. Disponível em <<http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=9>> acesso em 17 abr. 2014